



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

**Anteprojeto de Lei n. 08**

**Dispõe sobre critérios para realização de processo Seletivo Simplificado quando da contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias.**

A Câmara Municipal de Itaú de Minas aprova:

**Art. 1º** Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar Processo Seletivo Público para a contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), nos termos do art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

**Art. 2º** O Processo Seletivo Público deverá observar, obrigatoriamente, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia, bem como critérios objetivos e previamente definidos em edital.

**Art. 3º** O Processo Seletivo Público será composto, no mínimo, por:

- I – Prova objetiva de conhecimentos específicos e gerais, de caráter classificatório e eliminatório;
- II – Avaliação de títulos e experiência profissional, de caráter exclusivamente classificatório.

**Art. 4º** A pontuação total do Processo Seletivo Público será distribuída da seguinte forma:

- I – Prova objetiva: mínimo de 70% (setenta por cento) e máximo de 80% (oitenta por cento) da nota final;
- II – Títulos e experiência profissional: mínimo de 20% (vinte por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) da nota final.

**Art. 5º** Na avaliação de títulos e experiência profissional, poderão ser considerados, de forma cumulativa:

- I – Tempo de efetivo exercício na função de ACS ou ACE, devidamente comprovado;
- II – Cursos técnicos ou profissionalizantes específicos para ACS ou ACE, reconhecidos por órgão competente;
- III – Capacitações, treinamentos e cursos de atualização relacionados à Atenção Básica, Vigilância em Saúde ou SUS.

**Art. 6º** A pontuação referente ao tempo de experiência profissional não poderá:

- I – Ultrapassar 15% (quinze por cento) da nota final do certame;



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

---

II – Ser utilizada como critério eliminatório;

III – Impedir ou inviabilizar a ampla concorrência entre candidatos.

**Art. 7º** É vedada qualquer forma de:

I – Efetivação automática;

II – Transformação de contrato temporário em cargo efetivo;

III – Reserva de vagas ou pontuação exclusiva para servidores atualmente contratados.

**Art. 8º** O Processo Seletivo Público realizado com base nesta Lei terá natureza temporária, não substituindo a obrigatoriedade de realização de concurso público para provimento de cargos efetivos.

**Art. 9º** O edital do Processo Seletivo Público deverá detalhar, de forma clara e transparente, os critérios de pontuação, a documentação exigida e os prazos de validade do certame.

**Art. 10º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itaú de Minas, em 17 de dezembro de 2025.

**Dyonatan Camilo Costa**

**Vereador**



**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER LEGISLATIVO**

---

**Mensagem**

**Anteprojeto de Lei n. 08/25 - Dispõe sobre critérios para realização de processo Seletivo Simplificado quando da contratação temporária de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias**

Atualmente, muitos agentes atuam há anos — em alguns casos há quase uma década — por meio de contratos sucessivos, adquirindo experiência prática, capacitação técnica e profundo conhecimento do território e da população atendida. Entretanto, em processos seletivos e concursos anteriores, essa experiência tem sido subvalorizada, com pontuações irrisórias que não refletem a relevância do serviço prestado.

A proposta não cria efetivação automática, não dispensa concurso público e não restringe o acesso de novos candidatos, respeitando integralmente o artigo 37 da Constituição Federal e a jurisprudência dos Tribunais de Contas.

O objetivo é apenas valorizar a experiência comprovada e a qualificação técnica, dentro de limites razoáveis, objetivos e juridicamente seguros.

Esta proposta é viável pelos seguintes:

- A prova continua sendo 70 –80% → passa no crivo constitucional
- A experiência pode chegar a até 15% da nota final → já muda MUITO o jogo
- Não exclui concorrência externa
- Deixa explícito que não há efetivação

Assim sendo, pedimos que o Executivo converta o anteprojeto em projeto de lei e o submeta a apreciação desta Casa Legislativa.

Câmara Municipal de Itaú de Minas, em 17 de dezembro de 2025.

**DYONATAN CAMILO COSTA**

**VEREADOR**